

Imigração galega: a construção da identidade aventureira e os caminhos para a Europa, Cuba, Argentina e Brasil

Galician immigration: the construction of the adventurous identity and the paths to Europe, Cuba, Argentina and Brazil

Pedro Camargo Rodrigues Uzêda¹

Resumo: Este artigo, além de realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema imigração da Galícia, analisa as condições históricas que possibilitaram o processo migratório dos galegos para a América do Sul e o Brasil. Os dados estatísticos da quantidade de imigrantes galegos será levada em consideração, no entanto, a abordagem transita por aspectos sócio-históricos da Galícia entre os séculos XIX-XX; como os fatores culturais e práticos que impulsionaram a fuga dos migrantes de sua terra de origem; bem como discursos que positivaram a construção da identidade galega entrelaçada com as trajetórias históricas desse povo.

Palavras-chave: Galícia; Imigração; América do Sul; Brasil.

Abstract: this article, in addition to conducting a bibliographical review on the subject of Galician immigration, analyzes the historical conditions that made possible the migration process of Galicians to South America, Brazil and Bahia. The statistical data on the number of Galician immigrants will be taken into consideration, however, the approach transits through socio-historical aspects of Galicia between the XIX-XX centuries; such as the cultural and practical factors that drove the migrants' escape from their land of origin; as well as discourses that positivized the construction of Galician identity intertwined with the historical trajectories of this people.

Keywords: Galicia; Immigration; South America; Brazil.

Em *A Era do Capital*, o historiador inglês Eric Hobsbawm (1982, p. 280) apresenta um questionamento sobre os motivos das pessoas migrarem. Para ele, e sua linha de pensamento atrelada à corrente historiográfica da luta de

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001". E-mail para contato: peuuzeda@gmail.com

classes, as pessoas migram “por que são pobres” , e/ou buscam ascensão econômica e social. Esta afirmação, de modo algum será negada; ao contrário, o aprofundamento das variadas motivações que promoveram o movimento de saída dos galegos em direção a outros lugares, especialmente à América, Brasil e Bahia, será uma das discussões que pretendemos desenvolver a seguir.

Antes de adentrar no mérito dos motivos de expulsão dos migrantes com origem na Galícia, é de fundamental importância apresentar o espaço galego, suas condições econômicas e sociais; e de quais maneiras esse cenário impulsionou um fluxo migratório crescente a partir de meados do século XIX. Com o propósito de melhor situar o leitor sobre a Galícia, seus aspectos geográficos e naturais bem como o histórico de problemas sociais que motivaram a migração, deve-se lançar mão do estudo de Célia Maria Leal Braga (1995, p. 57) que afirma:

A Galícia está situada a noroeste da Espanha e tem toda sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. É limitada, ao norte, pelo golfo de Biscaia; ao sul, por Portugal; ao leste, pelo próprio território espanhol, através de suas províncias de Castilla-León e Astúrias. Tem uma superfície de 29.156 Km² e é dividida em quatro províncias [...] A maior delas é a de Lugo, com 9.991, seguida de La Coruña, com 7.903Km², Orense, com 6.979 Km² e, finalmente, Pontevedra, com 4.393 Km².

Santiago de Compostela, apesar de localizada na sub-região de Coruña e ser a capital da Galícia, o mesmo não pode ser dito em relação à província como um todo – já que, como sinaliza Célia Braga (1995, p. 57), as capitais de cada sub-região possuem o mesmo nome respectivo de sua província, sendo cada uma dessas quatro províncias divididas em *ayuntamientos* – tendo essa

nomenclatura análoga à “prefeitura” e, conseqüentemente, cada *ayuntamiento* responsável pelo o que seria um “município” espanhol – uma vez que essa lógica das divisões das Comunidades Autônomas não fica restrita à Galícia, mas abrange todo o território da Espanha (DIAS, 2014, p. 48).

Dito isso, é importante inferir que, por mais que pretendamos abordar o movimento migratório galego e suas especificidades regionais, não se deve esquecer que a Galícia é uma região espanhola e possui, não só uma relação, como também parâmetros diretos com seu país. Dessa forma, Ismara Izepe de Souza (2006, p. 3; 25) retrata uma Espanha que chega ao século XX com cerca de 18 milhões de habitantes e “como um país basicamente agrário, contando com uma precária unidade política e uma crise agravada pelas perdas das últimas colônias na América” , à exemplo de Cuba e Panamá, independentes, respectivamente, em 1898 e 1903.

Por questões geográficas e políticas, como bem sinaliza Ismara Izepe, uma vez que a Espanha tinha problemas de unidade nacional e até os dias de hoje ainda enfrenta questões dessa ordem que pautam o regionalismo em detrimento do nacionalismo, a situação da Galícia era, ainda mais, agravante. Para isso, lança-se mão do pensamento de José Ramón Campos Alvarez (1994, p. 134) que credita o atraso da agricultura e da economia galega em relação à Espanha graças aos:

cultivos agrarios poco diversificados, técnicas de explotación de la tierra arcaicas, permanencia del sistema foral y de rentas, extremada subdivisión de la propiedad de la tierralo que da lugar a minúsculas labranzas e impide la utilización de maquinaria, impuestos y rentas excesivos para las economías campesinas, malas cosechas y crisis alimenticias.

Fica demarcada, portanto, a pouca diversificação do produto agrícola, bem como a subdivisão da propriedade da terra e agricultura em propriedades de pequeno porte o que impossibilita o uso de máquinas, gerando colheitas ruins e crises alimentares, o que fica ainda mais acentuado com o aumento da carga de impostos sobre o camponês. Campos Alvarez vai além e credita à permanência do sistema de foral como um dos pontos que leva a Galícia a um subdesenvolvimento econômico e social ainda mais profundo. Entende, então, que essa economia como primitiva (CAMPOS ALVAREZ, 1994, p. 134) em que o dinheiro pouco circulava e os produtos agrícolas, principalmente milho, batata, laranja e uva (BRANDÃO, 2005, p. 31), serviam muitas vezes como instrumento de troca entre os camponeses.

A falta de investidores industriais, a malha rodoviária deficitária e o atraso na instalação das ferrovias – máquinas essas com importância prática, mas também como símbolo de modernidade (UZÊDA, 2006, p. 17) – e também decisões governamentais que privilegiavam as classes dominantes, em um favorecimento evidente da manutenção do *status quo* regional (CAMPOS ALVAREZ, 1994, p. 134). Como parâmetro desse atraso industrial vivido na Galícia, pode-se comparar com a realidade soteropolitana, ainda de maneira tímida, como veremos adiante ao analisar o movimento migratório já estabelecido em Salvador no início do século XX. Para tanto, o trabalho de Elena Pájaro Peres (2003, p. 65) aponta que na Galícia “até a década de 60, pelo menos, os carros estiveram reservados a uma pequena parcela da população

galega e, no início dos anos 50, ainda causavam espanto nas regiões mais afastadas, especialmente entre as crianças.” Cenário esse muito diferente do apontado por Jorge Uzêda em seu trabalho historiográfico no que tange a adesão do veículo em Salvador, em 20 ou até 30 anos antes.

Número de automóveis no município de Salvador, 1937 a 1939

Ano	Automóveis Comuns	Auto-ônibus	Auto-ambulância	Motociclos 2 e 3 rodas
1937	1355	112	6	30
1938	1506	62	6	106
1939	1645	70	6	94

Fonte: UZÊDA (2006, p. 111)

Assim, com base nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940, essa tabela construída por Uzêda corrobora, em efeito comparativo, com a análise do quanto a Galícia estava defasada no âmbito industrial, uma vez que a cidade do Salvador não pautou a modernidade e industrialização no Brasil; ao contrário, e mesmo assim, cerca de duas décadas antes da situação regional galega já possuía uma expressiva quantidade de veículos, em sinal crescente de industrialização. Por outro lado, José Luis Pamponet Sampaio em *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973* entende que até boa parte do final do século XIX, mais precisamente 1875, a Bahia contava com aproximadamente metade das industriais brasileiras – demonstrando assim força industrial. Contudo, em 1890, esse número de

indústrias baianas em relação ao total do país fica diluído à nona parte (SAMPAIO, 1975, p. 28). Embora muitos empreendimentos tivessem sido fundados no final do XIX e início do XX, principalmente no setor têxtil, em um contexto de um país agrário-exportador, em que o cacau e o fumo destacavam-se na Bahia isso não impediu que o desenvolvimento industrial baiano fosse travado até a primeira metade do novo século (SAMPAIO, 1975, p. 32). Dessa forma, Pamponet Sampaio (1975, p. 40) credita o insuficiente desenvolvimento agrícola, a persistência de um capitalismo fundado na especulação comercial e nas curtas políticas industrializantes como os principais pilares responsáveis por esse bloqueio na indústria baiana.

Retomando o contexto galego, de Elena Pájaro Peres (2003, p. 36) também demarca o quanto a sociedade galega, mesmo no século XX, é essencialmente rural. Chegando, segundo a autora, corresponder a 75% do total ser pertencente ao meio campesino já na década de 1950. Com isso, não deve ser menosprezado valores de ordens outras, inclusive do âmbito geográfico e climático, para entender a situação dessa região antes mesmo do século XX, a exemplo do que é apontado sob o olhar antropológico de Fabiana Paixão Viana (2016, p. 28) quando entende a localização geográfica galega como favorável a “altos índices pluviométricos, e o excesso de chuva foi a principal causa para a perda de plantações inteiras” . Além disso, Campos Alvarez (1994, p. 134) sinaliza que tais condições vistas até agora, a exemplo da incipiente industrialização, a inexpressiva urbanização, características rurais que

dificultavam a industrialização e até o alto índice pluviométrico – responsável por muitas vezes destruir grandes plantações agrícolas – foram agravados pelo número crescente da taxa de natalidade e o conseqüente aumento demográfico, tendo conseqüências na divisão dos recursos campesinos como também o excedente de mão de obra.

Os elementos já citados – de variados cunhos como econômico, social, cultural, geográfico e climático – são responsáveis, em diferentes níveis de intensidade, por colocar a Galícia na periferia, entendida como uma nomenclatura pautada nas relações de poder em contato com a Espanha. Como aponta o geógrafo Paulo Roberto Baqueiro Brandão (2005, p. 32) a própria Espanha também estava distante do centro de poder europeu ao longo de todo século XIX. Assim, segundo Célia Braga (1995, p. 49), a Galícia “fica discriminada e oprimida dentro do próprio território” , o que se explica por um projeto político de unidade espanhola na ação imperialista de Castela em aglutinar regiões no território ibérico, como a Galícia. Instrumentalizando questões de cunho histórico, cultural e linguístico (BACELAR, 1994, p. 16).

Nessa conjuntura, a análise de Domingo Luis González Lopo (2003, p. 169) enxerga que a “emigración sería la válvula de escape que contribuiría a moderar el crecimiento de la población y a producir los recursos necesarios para compensar las deficiencias del sistema productivo” – assim a migração seria uma forma da sociedade galega participar do mundo industrial e moderno, ao mesmo tempo em que captaria recursos para os que migravam e os que ficavam

naquela região. Era, portanto, um projeto de enriquecimento com bases política e familiar. No entanto, a crise econômica, de base agrária, que perdurou boa parte do século XIX e as desigualdades sociais internas da região terem sido fundamentais para compreender as condições que levaram às múltiplas correntes migratórias da Galícia, fatores outros não podem ser desprezados nas análises desse processo migratório (PAREDES, 1989, p. 56).

Dito isso, Jeferson Bacelar (2013, p. 233) analisa um aspecto cultural – com base campesina – da prática do *millorado*. O que, para ele, caracteriza-se como um mecanismo de perpetuação e manutenção da casa ou do patrimônio, em um cenário de pequenas parcelas de terra. Assim, esse mecanismo do *millorado* permitia que apenas um filho – não necessariamente o primogênito – pudesse herdar a propriedade dos pais e ali vivesse com a esposa e os filhos. Enquanto que os outros filhos poderiam morar na casa dos pais apenas quando ainda fossem solteiros. Assim, para Bacelar, essa condição explica o motivo da maioria dos migrantes galegos que vieram para Salvador serem solteiros – o que abordaremos mais a frente quando formos caracterizar o perfil desses migrantes. Desta forma, é imprescindível a análise de Fabiana Paixão (2016, p. 36) sobre o mesmo fenômeno, uma vez que entende a situação das opções dos irmãos que não foram contemplados pela prática do *millorado* como bifurcada: “ou o trabalho nas terras que não seriam suas ou a emigração” . Além desse elemento cultural, José Ramón Campos Álvarez compreende também o serviço militar – ou melhor, a fuga dele, como um fator que motivou a expulsão

voluntária de jovens galegos. Para isso, Campos Alvarez explicita que, em um contexto de guerras durante o século XIX e a consequente necessidade de um maior contingente de militares, muitos galegos optaram pela fuga clandestina em nome da sobrevivência. O que, para Campos Alvarez (1994, p. 134), já se tornava perceptível com a fuga de muitos rapazes galegos em Portugal já em 1835, de onde muitos desses migravam para o Brasil.

Dessa forma, não se pode marginalizar a importância do próprio ato ou processo da migração como um elemento de impulso para a saída dos galegos. Assim, em sua análise sobre o processo migratório galego para a Argentina, Ruy Fariás (2016, p. 3) credita a melhoria do transporte marítimo e a redução do custo das travessias transatlânticas, principalmente a partir do barco a vapor, como um elemento facilitador das imigrações. É sobre esse aspecto que o trabalho de Ana Paula Conde Gomes em *Da Emigração À Diáspora Galega: Positivção De Uma Identidade* aborda a questão náutica a vapor através do anúncio publicado na revista *Vida Gallega* do ano de 1914.



Fonte: CONDE (2011, p. 35)

Contudo, apesar de Ismara Izepe de Souza (2006, p. 7-9) também sinalizar para uma melhoria das embarcações, um custo marítimo mais barato e com uma duração do trajeto menor, com aproximadamente de 15 a 20 dias de viagem no início do século XX, não pode-se ignorar que “as péssimas condições sanitárias dos navios favoreciam a proliferação de doenças infectocontagiosas que faziam vítimas fatais” que, muitas vezes, comportavam mais de 300 espanhóis. Discurso esse muito semelhante ao estudado por Ana Paula Conde Gomes tanto nas denúncias de exploração e violências nas plantações cubanas como pelas próprias condições das embarcações. Em 1859, o jornal *La Aurora*, editado em Lugo, estampava a matéria *El tráfico de carne gallega en el Río de la Plata*, sobre as péssimas condições de viagem (CONDE, 2011, p.32). No entanto, outro fator de empuxe foi crucial para o aumento do fluxo de migrantes saídos da Galícia. Para entender, é necessário lançar mão do pensamento de Jeferson Bacelar (1994, p. 48) em que analisa o migrante:

De volta à aldeia de origem ou através de relatos mais ou menos fantasiosos, ou pela situação econômica privilegiada que aparentavam e pelo prestígio social que passaram a desfrutar, conseguiram influenciar parentes, amigos e vizinhos, num raio de ação que ultrapassava às vezes os limites da própria aldeia.

Dessa forma, é possível inferir do entendimento de Bacelar uma situação na qual o migrante galego retorna à sua aldeia – seja para ficar em definitivo ou apenas uma breve temporada – e passam a influenciar seus conterrâneos em vários aspectos a partir de uma experiência prévia em outro país: seja na nova forma de falar, na culinária, no esporte, na nova visão de mundo e na construção

do desejo de seus similares também migrarem. Como é possível de ser verificado na chegada de D. Aurélio Leiro, D. Manuel Amoedo, D. Arlindo Ventín e D. Aurélio Corujeira à Moscoso – paróquia localizada no conselho de Pazos de Borbén, sendo esse último município da província de Pontevedra – noticiada pelo jornal Faro de Vigo, em 6 de março de 1935. Evidenciando que após vários anos fazendo morada em Salvador, sendo os três primeiros “pertencentes à importantes casas comerciais baianas” e o último ainda estudante de escola secundarista, chegaram para passar uma “temporada de descanso em sua terra natal ao lado dos seus” antes de retornar para o Brasil.

Pazos de Borbén

Al solar natal

Han llegado a Moscoso, procedentes de Bahía (Brasil), después de permanecer varios años en aquella capital americana, D. Aurelio Leiro, don Manuel Amoedo, D. Arlindo Ventín y D. Aurelio Corujeira, los tres primeros pertenecientes a importantes casas comerciales bahianas, y el último alumno del Liceo Salesiano que incorporado al Gimnasio funciona en aquella ciudad.

Se proponen pasar una temporada de descanso en la tierra natal al lado de los suyos, para después reintegrarse a sus actividades en el país de donde proceden.

Que sean bienvenidos.

Fonte: Arquivo do Concello de Redondela. Hemeroteca do Faro de Vigo, 6 de março de 1935,

p 3.

Além da importância dos galegos no setor de comércio soteropolitano, principalmente nos armazéns de “secos e molhados”, é possível compreender também como os retornados citados por Bacelar – sejam eles em definitivo ou provisoriamente – estavam conectados à Galícia. Ou seja, os “galegos externos” mantinham vínculo com sua terra. Assim, a partir do pensamento de Bacelar, é possível entender essa forte influência dos retornados como um elemento de empuxe para a saída de seus conterrâneos pautada na “boca a boca”, ou seja, a construção das vantagens da migração a partir de estratégias de convencimento tanto pela fala, as posses dos retornados – como, por exemplo, a melhoria das vestimentas e, também, a aquisição de riquezas no próprio território galego.

Apesar de Bacelar analisar o processo históricos dos migrantes galegos em Salvador entre o final do século XIX e início do XX no desejo desses imigrantes de “Fazer a América”² é importante ressaltar também que não foram apenas os espanhóis e tampouco os galegos com esse projeto pessoal de enriquecimento no continente americano; ao contrário, muitos outros migrantes de variadas nacionalidades europeias e asiáticas tinham esse projeto em mente. Além disso, como veremos mais a frente, antes mesmo da saída para a América, a migração galega deu-se primeiramente dentro da própria

² Expressão popular que tem como significado a meta de vida voltada para o enriquecimento ou acumulação de bens e prestígio por parte dos migrantes europeus e asiáticos na América. Inclusive, vocábulo utilizado por Boris Fausto em: *Fazer a América – A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, São Paulo, 2000.

Península Ibérica e, posteriormente, no continente europeu. Contudo, não é difícil inferir que esse mesmo processo de influência e convencimento no aumento do fluxo migratório galego ficou restrito aos “galegos americanos” , sendo uma prática muito maior. Como explícita Fabiana Paixão (2016, p. 42-43):

Desta forma, as cadeias migratórias partiam de um emigrante pioneiro que prosperava e mandava notícias de seu sucesso para a aldeia de origem e convocava parentes e vizinhos para junto de si, muitas vezes com promessas de emprego e melhorias de vida. Deve-se salientar que este sucesso poderia indicar desde um posto de trabalho (tanto como proprietário ou sócio em um negócio próprio quanto como empregado), uma renda fixa e envio de dinheiro e outras mercadorias para a Galícia, até compras de terras e reformas nas aldeias galegas que beneficiavam a todos os aldeãos, como a construção de escolas, por exemplo.

O que corrobora com a análise de José Ramón Campos Alvarez (1994, p. 137) quando pensa nesses fluxos migrantes já inseridos na sociedade receptora, tendo essa cadeia início no processo de influência, propaganda e convencimento dos migrantes retornados sob seu círculo social – e muitas vezes extrapolando essas fronteiras - e desdobrando-se nas localidades onde vão concentrar-se esses galegos no novo país e, também, o tipo de trabalho, uma vez que essa cadeia levará pessoas da mesma cidade ou região galega para realizar a mesma atividade laboral. Com isso, Bacelar (1994, p. 108) vai além e entende historicamente “o ato de migrar incorpora-se ao simbolismo e representação das populações campesinas galegas: o mito do enriquecimento, o viajante em busca de grandes aventuras, o desbravador em terras e povos estranhos” . Apesar de ainda não ser o momento de adentrar o campo

identitário, faz-se necessário uma abordagem inicial do tema tangenciado por Bacelar, uma vez que a migração galega está intimamente ligada à construção da identidade galega ou “galeguidade” .

Como é possível verificar na obra de Eric Hobsbawm, *A Invenção da Tradição*, o final do século XIX e início do XX é marcado pela produção massiva de tradições e símbolos em que o fio condutor é a marca nacional buscando atingir uma base sólida de coesão social dentro das comunidades políticas. A produção foi marcada por inúmeros elementos como hinos, bandeiras, monumentos cívicos e grandes figuras na história da nação tidos como “heróis” ³. Nesse contexto, em meio a formação nacional da Inglaterra, França, Portugal, Alemanha e Itália – cada qual respeitando suas histórias e particularidades – surge a produção identitária galega. Essa última, sob o olhar de Ramón Villares, é entendida em meio ao contexto de formação nacional espanhola, em que a Galícia bem como o País Basco e a Catalunha não se sentiram representados por esse projeto unitário. Assim, “foron aparecendo diversos proxectos nacionais alternativos que competiron ou discutiron a hexemonía do estado-nación español” (VILLARES, 2007, p. 24). Evidenciando assim o quanto a formação do Estado nacional espanhol não estava dada. Dessa forma, Villares aponta o regionalismo de orientação liberal como um dos dois pilares que pautaram a produção dos símbolos galegos – a exemplo do hino e da bandeira oficial. Por outro lado, o outro pilar é centrado no papel das

³ Personagens, advindos do poder do Estado ou adotado por ele posteriormente, que simbolizam e unificam a ideia de nacionalismo.

coletividades dos galegos migrantes, principalmente em Cuba onde tanto o hino e bandeira da Galícia tiveram rápida aparição, com adesão popular e mobilização política em que essa coletividade age “para resistir a asimilación nos países de destino, acentúa a súa adhesión a cultura de orixe” (VILLARES, 2007, p. 29). Demonstrando, assim, o quanto o peso da imigração galega na sua definição identitária e mobilização política.

Ana Paula Conde (2011, p. 52) vai além e afirma que “a primeira execução do hino galego ocorresse no Teatro Tacón, em Havana (Cuba), em 20 de dezembro de 1907” . Ora, há de se convir que o hino assim como a bandeira de qualquer Estado nacional é um dos principais símbolos cívicos que remetem a um nacionalismo. Considerando tanto a afirmação de Villares sobre a rápida aparição desses símbolos em Cuba ou, até mesmo, a análise de Conde da primeira execução ter sido em Havana, fica explicitamente marcado como os “galegos externos” com suas redes de sociabilidades nos países receptores também fizeram parte da construção da “galeguidade” . Indo além desses símbolos tidos como oficiais, é possível identificar o peso e papel da migração em outros elementos dentro da sociedade galega. Missão essa sendo bem plausível a partir da abordagem de Conde (2011, p. 52) em “que o primeiro programa de rádio emitido integralmente em galego fosse ao ar na Argentina em 1930” – cabe, portanto, uma sinalização de como a língua galega era oprimida dentro do próprio território da Galícia - ou através dos literários que se debruçaram sobre as causas, efeitos e dores da migração a exemplo de

Rosalía de Castro, uma das principais representantes do *Rexurdimento* – movimento de cunho liberal que pautava a valorização da língua galega e de um nacionalismo cultural – ou em esculturas como é o caso do *Monumento ao Migrante*, localizado em Finisterra.



Fonte: Pinterest. Disponível em: <<https://ar.pinterest.com/pin/442478732112903586/>>.

Acesso em 2 de junho de 2020.

Sendo esse patrimônio visivelmente caracterizado como um emigrante por conta de sua pequena bagagem e, também, o reforço de Finisterra ser o último município da província de Coruña, não por acaso sua denominação ser derivada de “finis terrae” ou “fim da terra” . Ou seja, a única saída era ultramar. Dessa forma, François Hartog (2017, p. 46) entende o patrimônio como um campo preso entre a história e, também, a memória. E, além disso, reconhece que “um lugar, edifício, um objeto patrimônio muda imediatamente o olhar que se porta sobre ele; permite e proíbe certos gestos” (HARTOG, 2017, p.46). Ora, a partir disso, parece bastante razoável enxergar um monumento

dentro de um dos municípios da Galícia que faz alusão direta a um migrante como um reforço na construção do campo da memória coletiva e social, evidenciando assim o quão “presente” está esse ser que migra, tendo esse personagem um caráter repleto de simbolismos e marcas positivas como “corajoso”, “aventureiro” e “desbravador” – fortalecendo assim o que Hartog entende o patrimônio como “uma maneira de situar-se e de se encontrar a si mesmo” (HARTOG, 2017, p. 46).

O que entra em acordo com o pensamento de Ana Paula Conde Gomes (2011, p.15,) quando aborda a utilização do discurso da atual classe política galega como forma de promoção da união entre a Galícia interior e exterior. Propositamente com a manutenção de características positivas e de interesse comum da migração, “valorizando a coragem para abrir novos caminhos, a resistência às dificuldades como forma de construção de um discurso positivo da identidade galega. Deixando em segundo plano as tragédias pessoais e coletivas”, em uma prática de silenciamento discursivo em prol de uma construção identitária.

Assim, retomando o pensamento de Eric Hobsbawm é imprescindível concordar que de fato as pessoas migram por fuga da fome e vontade de ascensão social, contudo, como demonstrado até aqui, o caso galego além de possuir esses quesitos historicamente construídos visitados até esse momento, abraça outros elementos como prática do *millorado*, a melhoria do transporte marítimo e a forte influência dos retornados para a saída dos seus conterrâneos.

Com isso, a partir de agora serão vistos não mais os variados motivos desse fenômeno, mas a forma como as cadeias migratórias de origem galega reverberou na América, no Brasil e, especialmente, em Salvador. Tomamos o conceito de “cadeias migratórias” apresentado por Érica Sarmiento (2017, p. 58) como um “conjunto de relações vinculadas às oportunidades estruturais das sociedades receptoras, que traduzem as ações familiares e individuais” . Antes mesmo da migração galega transatlântica, não deve ser menosprezado o processo migratório interno na própria Península Ibérica que teve início ainda no século XVI, apogeu no setecentos e a alcança o XIX, sendo concomitante às migrações para a América (VIANA, 2016, p. 30). Essa migração interna na Península Ibérica foi marcada inicialmente por um caráter sazonal, ou seja, com demandas momentâneas e específicas, a exemplo da agricultura, tendo o retorno dos galegos após a colheita.

Tal cenário foi transformado com o desenvolvimento de grandes cidades ibéricas como Madri e Lisboa, tornando assim a emigração galega com um valor permanente (VIANA, 2016, p. 30). Como verifica-se no censo populacional português que aponta 27.138 espanhóis no território luso, sendo 13.405 ou 64% desses concentrados na capital Lisboa e 4.049 em Porto (GONZALEZ LOPO, 2003, p. 174). Com isso, apesar de não possuímos um dado estatístico exato sobre a parcela de galegos dentro desse universo de espanhóis que partiram para Portugal, é possível inferir, a partir da análise de González Lopo (2003, p.

175), uma presença significativa dos nascidos na região noroeste da Espanha, em que

Todavía em 1873, según demuestran los informes consulares empleados por el profesor J. Alves, casi una cuarta parte de los inmigrantes españoles em territorio luso – el 97% de ellos galegos – se dedicaban a labores agrícolas, algo más del 89% de ellos em la región del Duorno em labores de cava, poda y vendimia.

Ainda que a análise seja de 1873 – um considerável espaço de tempo, principalmente em relação a cadeias migratórias – e o foco ser os galegos que em Portugal estavam voltados para o trabalho agrícola, nota-se que um quarto ou 25% desses espanhóis tinham origem na Galícia. A obra *Galegos nos Trópicos: Invisibilidade e Presença da Imigração Galega no Rio de Janeiro (1880-1930)* de Érica Sarmiento (2017, p. 80), analisa, a partir do censo português de 1890, a existência de 28.138 galegos em território luso. O que corrobora com a corrente migratória interna da península. Além disso, não deve ser menosprezada a questão da entrada de migrantes pela via ilegal. Tendo essa clandestinidade o poder de dificultar a análise dos números tanto sobre a chegada desses migrantes na América saídos diretamente da Galícia como também dos que faziam outras regiões da Espanha e de Portugal de “ponte” , como disserta Paredes (1989, p. 21), em “um número considerable de galegos entraba ilegalmente em Portugal para colle-lo barcos no Porto ou em Lisboa” .

Ao lado da migração peninsular, ressalte-se o processo de fluxo migratório espanhol e galego no próprio continente europeu. Tal fenômeno ganhou força a partir do declínio do número de imigrantes no continente

americano a partir de 1930. Situação essa explicável pelas conjunturas políticas internacionais e nacionais, a exemplo da crise de 1929 e a consequente depressão; a Guerra Civil Espanhola e a ascensão do ditador Francisco Franco que dificultou a saída de pessoas; a Segunda Guerra Mundial e o constante cenário de horror; e, no Brasil as práticas ultranacionalistas de Getúlio Vargas principalmente durante o Estado Novo, implicando em políticas públicas de não só valorização do sentimento patriótico como a ojeriza ao estrangeiro (CARONE, 1976; FERREIRA, 2010).

Dessa forma, a migração espanhola e galega - a que de fato nos interessa - direciona-se para o próprio continente europeu a partir da década de 1960 (VÁZQUEZ GONZÁLEZ, 2006, p.4); sendo essa análise historiográfica corroborada por Juan Bautista Vilar (2000, p. 132) em que entende a presença de aproximadamente 2 milhões e 600 mil espanhóis espalhados pela Europa entre 1946 até 1973, em que 2 milhões desses a partir de 1960, o que faz sentido na cronologia da reconstrução europeia uma vez que:

No cabe duda de que tan gigantesca movilización laboral fue determinada ante todo por el no menos formidable ritmo expansivo de las economías de los países receptores, una vez completada entre 1945 y 1955 la reconstrucción que siguió al final de la II Guerra Mundial.

Dito isso, faz-se necessário compreender a migração galega para a América como um fenômeno histórico de grande valia numérica e de repercussões culturais, sociais, econômicas e raciais tanto para a Galiza como para os países receptores; porém, sem ignorar o quanto esse fluxo não foi um

movimento isolado mesmo com suas particularidades, ao contrário, sendo influenciado e influenciando as etapas internas na própria Península Ibérica – o que segundo Sarmiento seria um precedente tradicional na cultura migrante – e no continente europeu, essa última a partir do declínio da migração americana (SARMIENTO, 2017, p. 196).

Assim, essa migração americana que abordaremos a partir de agora, foi um fenômeno inegavelmente com grande fluxo de pessoas, majoritariamente homens. Contudo, o olhar científico de análise dessas cifras requer muito cuidado, uma vez que a pouca quantidade de fontes bem como os múltiplos olhares historiográficos e de outras ciências sobre o mesmo fenômeno implica em variadas abordagens periódicas ou crivos de outras ordens podem confundir os números. Além disso, como já vimos anteriormente e daremos seguimento, o fenômeno prático da clandestinidade em nada pode ser ignorado no processo de construção desse fluxo para a América.

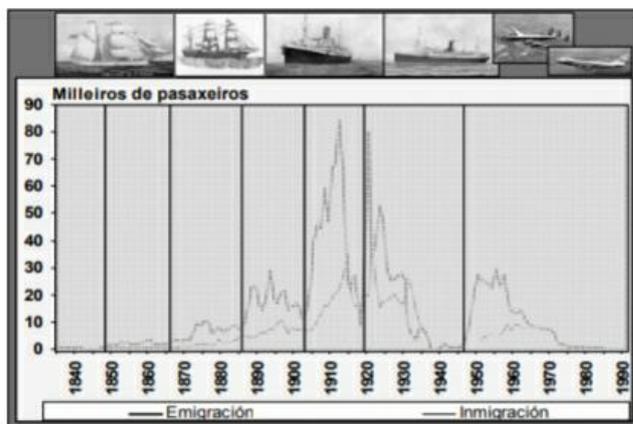
Desse modo, a imigração galega para a América tem início ainda de forma irregular nos fins do século XVIII e de maneira massificada a partir do século XIX em que Cuba era o principal polo de atração (SARMIENTO, 2017, p. 184). O que já foi inferido quando debatido as questões simbólicas da bandeira e hino galego, em que ambos tiveram rápida aparição na ilha do Caribe, importando lembrar também que, até 1898, a ilha caribenha era colônia espanhola. Todavia, Cuba perdeu esse posto de protagonista para a Argentina a partir do primeiro terço do século XX – período esse que o mais nos interessa nessa discussão.

Dessa forma, segundo Sarmiento (2017, p. 199) tal mudança de destino deve-se que:

Entre 1880 e 1930, a economia argentina em expansão oferecia ao emigrante disponibilidade de terras, falta de mão de obra e altos salários, além da política de povoamento implantada pelo governo, com o estabelecimento de agência de publicidade em toda Europa e um Hotel de Imigrantes em Buenos Aires para receber os recém-chegados.

Dessa maneira, Ruy Farías (2016, p. 5) em seu estudo sobre o caso das migrações e exílios na Argentina afirma que aproximadamente 1 milhão de galegos chegaram da Galícia entre 1857 e 1930 no país do Rio da Prata, especificamente entre os anos de 1904 e 1913, o que também se explica pela explosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, e mesmo após a guerra, quando ocorreu uma nova alta no número de migrantes para a Argentina o fim da década de 1920 e início da de 30, marcado pela crise de 1929 e início de regimes totalitários na Alemanha, Itália e também na Espanha com Franco, reduziram drasticamente o número.

Há de atentarmos com o fato de aproximadamente 1 milhão de imigrantes não terem, necessariamente, fixado no território argentino, mas ter se deslocado para outros lugares da América do Sul - sendo essa prática corriqueira. Assim, parece ser um relativo consenso, que dentro da baliza temporal desses primeiros trinta anos da migração galega transatlântica, o período que vai de 1904 até os anos de 1920 são os de maior apogeu no número de migrantes. Como é possível verificar a partir do gráfico de Alexandre Vázquez González:



Fonte: VÁZQUEZ GONZÁLEZ (2006. p 2).

Eliane Veiga Porta (2008, p. 66) em sua obra sobre a imigração espanhola em Santos no período compreendido entre 1880 e 1920, considera que o fluxo espanhol e, conseqüentemente, não apenas de características do povo galego, a exemplo dos andaluzes e catalãs, evidencia a distorção dos números investigados nas séries espanholas considera apenas os migrantes saídos dos portos espanhóis:

Como se verifica, o total de emigrados no período de 1882 a 1920, de acordo com as séries espanholas, foi de 914.323; contrariando os números apresentados pelos países da América Latina que serviram de destino aos imigrantes espanhóis: 2.578.342.

Assim, além de fortalecer a discussão sobre a problemática diferença numérica da quantidade de migrantes espanhóis em território americano, o que implica não apenas nas cifras, mas, conseqüentemente, na influência hispânica na cultura, arquitetura, festas, esportes, tradições e identidades nos países receptores. Através das suas fontes consultadas, Eliane Veiga Porta (2008, p.65) demonstra uma significativa tendência de aumento no movimento de

espanhóis para a América do Sul a partir do início do século XX. Como o salto de 14.192 hispânicos em 1903 para 28.589 em 1904, passando por 90.315 no ano de 1908 e chegando a 151.989 migrantes da Espanha em 1912 chegados na Argentina. Tendo essa tendência de aumento oscilado em cada país, uma vez que as cadeias migratórias não são uniformes, já que o fenômeno migratório é dinâmico e suas variáveis dependem de conjunturas tanto de onde migra-se como o destino.

Cuba recebeu 48.367 migrantes espanhóis em 1919 e 97.569 em 1920. Já o Uruguai passou de dois mil migrantes recebidos em 1910 e chegou a 3.844 em 1919. O caso brasileiro que trataremos a seguir com maior profundidade, também indica uma alta do número de espanhóis no ano de 1905 com 17.861 e, principalmente, 19.585 um ano depois (PORTA, 2008, p. 66). Esses números são de alta confiabilidade por conta da séria e importante pesquisa citada anteriormente, porém sem perder de vista a quão problemática historicamente é o tratamento dessas questões numéricas, a exemplo da duplicidade dos registros de um mesmo imigrante de um país para o outro, sem passar pela Espanha, como parece ter sido habitual na Argentina e Brasil.

Retomando o caso específico dos galegos em solo americano, a obra de Fabiana Paixão Viana (2016, p. 34) é mais uma que corrobora com a alta dos migrantes galegos nas primeiras três décadas do século XX na América Latina, mas também, inserido período, destaca que:

[..] entre 1904 e 1918, foi o auge da emigração galega para a América do Sul, isto porque que a agricultura na Galícia não obteve grandes

avanços tecnológicos, permanecendo rudimentar e vulnerável as intempéries climáticas, [...]Entre 1904 e 1918 a Galícia estava com a economia fragilizada e não havia empregos para grande parte da população, situação aliada a Lei da Emigração de 1907, a Criação do Conselho Superior de Emigração (CSE) e melhoria e oferta nos meios de transportes transatlânticos. Este cenário favorável para a saída de emigrantes foi beneficiado com a situação sul-americana, sobretudo argentina, que gozava de intenso crescimento econômico, oriundo dos setores agrícolas e de exportação e crescente urbanização das cidades.

Dessa maneira, Fabiana Viana invoca a questão legal, dentre alguns dos fatores, que permitem o entendimento para o estudo do fenômeno da migração espanhola e, conseqüentemente, a galega. Sobre isso, Eliane Veiga Porta (2008, p. 60) entende o mecanismo criado pelo governo espanhol, e anunciadas na Real Ordem (R.O.) já em 1834 que coloca as primeiras exigências aos indivíduos e a questão da migração, em que:

As primeiras exigências referiam-se ao descumprimento de qualquer "dívida" junto a quaisquer autoridades e de fugir à obrigatoriedade do serviço militar; aliás, esta era, de fato, a principal preocupação do legislador espanhol e o único fator restritivo para emigrar até as primeiras décadas do século XX. Atribuía-se a fuga do serviço militar como a principal razão das emigrações clandestinas, levando as autoridades espanholas a uma nova R.O., de 1o de março de 1838, proibindo a emissão de passaporte aos espanhóis do sexo masculino que tivessem entre 17,5 anos e 25 anos, caso não efetuassem um depósito pecuniário. A idade restritiva ampliou-se, mais tarde, iniciando-se aos 16 anos.

A pauta da migração já se fazia presente com caráter orgânico e o governo espanhol buscava uma forma de conter ou, no máximo, amenizar a situação. Além disso, fica exposto o quão evidente a fuga do serviço militar era

uma realidade bem como a via clandestina para a fuga de tal obrigatoriedade; o que contribui como um dos elementos para uma migração galega majoritariamente masculina. Eliane Porta entende a R.O. de setembro de 1853 como o “primeiro marco legislativo moderno sobre as migrações” (PORTA, 2008, p. 60), uma vez que mesmo dificultando a migração para novas colônias espanholas independentes, também ia na contramão e incentivava a mão de obra para as colônias do Caribe – principalmente Cuba após a suspensão do tráfico de escravos em 1817. Além disso, fazia-se fundamental a existência de representantes da Majestade espanhola nesses locais.

Cabe, então, a reflexão como sobre a R.O. de 1853 teve papel de destaque no expressivo movimento migratório para Cuba ainda no século XIX, que fez da ilha caribenha o principal polo de migração galega até o século XX, e também o quanto isso aproxima a ilha americana da Galiza no que refere-se aos símbolos identitários como o hino e a bandeira, já vistos anteriormente. Retomando a análise de Eliane Porta, a R.O. de 1853 também é responsável pela primeira vez ter o papel de tutela do Estado sobre os imigrantes. Ou seja, a restrição de homens em idade militar e as emigrações coletivas por contrato que pautavam o passaporte mediante uma série de condições “tais como: livre decisão para emigrar, autorizações para os menores de idade e para as mulheres casadas e depósito pecuniário na ordem de 6.000 reales para os homens com idade militar” (PORTA, 2008, p. 60).

Outros dispositivos legais através das R.O foram promulgadas, inclusive mencionando a condição do Brasil, o que é necessário para ter maior clareza sobre os efeitos da Lei de Emigração de 1907. Destarte, Paulo Roberto Baqueiro Brandão entende essa lei como um mecanismo legal garantidor de maior liberdade para o cidadão migrar. Segundo esse autor, a Lei de 1907 marca um período de “maior flexibilização da legislação dos emigrantes, sendo desde a exigência mínima de documentos para a realização da viagem (lei de 1916) – limitada à apresentação da *Cartera de Identidad* – até a redução das restrições legais à saída de espanhóis (1924)” (BRANDÃO, 2005, p. 62). Sobre tal documentação, Eliane Veiga Porta explicita que existia a prática de substituição dos registros de identidade por documentos de outra pessoa, trâmite esse facilitado pela inexistência de fotografia no título obrigatório. Eliane Porta (2008, p. 66) pondera que, apesar de ilegal, essa forma de burlar o sistema, estatisticamente, não era tido como clandestino uma vez que os números eram computados normalmente.

Muitos emigrantes galegos saíam através de portos não-espanhóis, a exemplo de Lisboa e Porto – situação essa contextualizada pela migração interna na própria Península. Desses, Eliane Porta (2008, p. 64) considera que a maioria embarcava com passaportes portugueses e, muitas vezes, com destino ao Brasil:

Aliás, Gibraltar era o porto preferido pelas companhias de transporte, já que não sofria a tutela das autoridades espanholas e pelos clandestinos que não podiam embarcar legalmente pela Espanha. Conforme a

exigência, ali se criava famílias fictícias e falsificavam-se profissões. Os recrutados na Andaluzia amontoavam-se à espera dos navios, onde embarcavam na terceira classe.

Além disso, o porto de Gibraltar que apesar de localizado geograficamente na Península Ibérica, era e ainda é, um território ultramarino britânico, criando, assim, condições ideais para a migração clandestina.

Os casos brasileiros

O fenômeno migratório no cenário e contexto brasileiro deve levar em consideração tanto os motivos de expulsão dos galegos de suas terras, a cultura migrante, os sítios de atração na própria Península e na América, a questão da clandestinidade e o dinamismo das cadeias migratórias. Para tanto, lança-se mão do estudo de Elda Evangelina González Martínez sobre os migrantes espanhóis que tinham como destino o Brasil. Assim, Elda González (2000, p. 239) destaca o protagonismo de Argentina e Cuba, que concentraram 82% dos migrantes espanhóis entre o final do século XIX e início do XX.

Com isso, os números do território brasileiro não são os maiores na América Latina, contudo, também demarcam uma alta a partir do século XX – principalmente a partir de 1904 e, em acordo aproximado com as cifras expostas por Eliane Porta, em que verifica-se a entrada de emigrantes espanhóis com destino ao Brasil, saídos apenas de portos da Espanha, de 14.510 pessoas entre 1900 e 1904; seguindo para uma alta de 59.551 espanhóis no período de 1905-1909 e 44.745 imigrantes entre 1910 e 1914 – tendo a Primeira Guerra Mundial influenciado nos números baixos a partir daí com 7.264 entre 1915 e 1919;

retomando uma leve alta entre 1925-1929 com 15.294 espanhóis até a chegada da crise mundial a partir de 29 de agosto de 1929 (GONZALEZ, 2000, p. 240). Desses dados, Elda González (2000, p. 241) expõe uma concentração de espanhóis no território brasileiro e não mais apenas nos portos, de 23.146 entre 1900 à 1904, para 90.086 entre 1905 e 1909, chegando a 143.485 hispânicos na baliza temporal de 1910-1914. Mantendo uma média de concentração no território brasileiro acima de 35 mil espanhóis até 1929.

Dentre esses espanhóis, os galegos assim como os andaluzes protagonizam esse contingente, espalhados não uniformemente, no continental território brasileiro. Dessa maneira, Elda González (2000, p. 247) evidencia que já em 1931 existiam em Belém do Pará 1500 espanhóis, em que os galegos representavam 90%, sendo o restante de 7% de Castilla e León, tendo 3% demais localidades. Em Recife, a porcentagem de galegos dos 476 espanhóis chega a 70%, uma abrupta diferença para os 5% de andaluzes, catalães e castelhanos, sendo o restante para as demais regiões hispânicas (GONZALEZ, 2000, p. 248). A autora ainda destaca presença de espanhóis em Campo Grande, Manaus, Porto Velho, e nos Estados do Espírito Santo, Goiás Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – todos esses com variados números de espanhóis e, conseqüentemente, de galegos (GONZALEZ, 2000, p. 249-250).

Importa ressaltar, entretanto, o quanto o cenário de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia possuem diferentes particularidades. A começar pelo estado paulista que, mesmo antes do fim da escravidão em 1888, já começava a adotar

a mão de obra europeia uma vez que o sistema escravista começava a ruir – sendo agravada pelo fim do tráfico a partir da Lei Eusébio de Queirós em 1850.

A necessidade econômica de um país agrário-exportador para a substituição de mão-de-obra como também o projeto nacional de branqueamento da população facilitou a entrada do europeu; em que, no estado de São Paulo, apesar dos expressivos números ao longo do final do século XIX e durante o século XX, os espanhóis constituíram a terceira força migratória, superada pelos portugueses e italianos (SOUZA, 2005, p. 38).

Assim, e muito por conta dos interesses da elite cafeeira, o estado de São Paulo e seu porto de Santos despontam como destino de muitos desses europeus e também espanhóis, como verifica-se no período apontado por Elda González entre 1885-1889 em que 4.834 espanhóis entraram no estado de São Paulo. Não necessariamente aí se fixaram, mas indica um roteiro de viagem mesmo antes do fim da escravidão, uma vez que acreditamos que esses mais de 4 mil migrantes não chegaram apenas após o 13 de maio de 1888. Tal contexto paulista explica-se também pela política de passagens subvencionadas prometidas pelo estado de São Paulo, uma vez que a Galiza e boa parte da Espanha passava por grandes dificuldades socioeconômicas, e a garantia de menor custo seria um atrativo a mais para essa travessia (SARMIENTO, 2017, p. 53).

As R.O. de 1865 e 1874, respectivamente, desaconselhava o embarque para o Brasil por motivo de propaganda enganosa e reconhecia o caráter

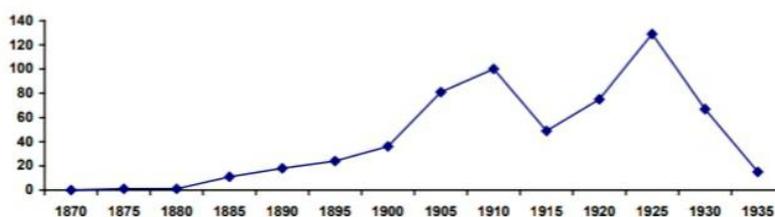
negativo desse destino, os movimentos migratórios espanhóis tiveram um aumento no fluxo a partir do século XX, como visto anteriormente, a ponto do estado de São Paulo concentrar sozinho entre 1905 à 1909, 69. 682 espanhóis e, entre 1910 -1914, 108.154 hispânicos (GONZALEZ, 2000, p. 251). Ou seja, “o estado de São Paulo recebeu 75% dos espanhóis que vieram para o Brasil. Esses números podem ser ampliados, uma vez que o censo de 1940 registra que 81% deles residiam nesse estado” (PORTA, 2008, p. 61-62). Todavia, São Paulo, apesar dos altos números de migrantes espanhóis, concentrou apenas 20% de galegos desse universo matemático, sendo a maioria de aproximadamente 60% de andaluzes no estado da “Terra da Garoa” (GONZALEZ, 2000, p. 250).

Já o caso do Rio de Janeiro também é de grande valia uma vez que, por ser a capital do Brasil desde 1763, evidenciava um forte polo de poder econômico, artístico, social, cultural e urbano. Assim como São Paulo, o estado e a capital carioca também detém nos espanhóis o terceiro grupo de estrangeiros de maior relevância, ficando atrás apenas dos portugueses e dos italianos – tendo a colônia portuguesa um lastro de grande porte principalmente por questões históricas frutos da colonização (SARMIENTO, 2017, p. 52).

Com isso, o Rio de Janeiro chegou a registrar no início do século XX a marca de 55% de sua população ser exógena à cidade, não apenas de estrangeiros, sendo esses 28,7%, e contando também com os brasileiros

advindos de outras regiões do país: 26%. Demarcando assim a força econômica e social do até então Distrito Federal (SARMIENTO, 2017, p. 69-70).

Como verifica-se no gráfico de Érica Sarmiento, a partir dos dados consulares da Arquivo Particular do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro (ACERJ), é possível certificar-se que a migração galega no Rio de Janeiro tem início antes do fim da escravidão, sempre em tendência de alta até início da Primeira Guerra Mundial, tendo seu ápice entre 1920 e 1925. Quando, na realidade da crise de 1929, despenca:



Fonte: SARMIENTO (2017. p 53).

Com isso, fica evidenciado não só a forte presença galega no Rio de Janeiro bem como, diferentemente de São Paulo, esse grupo sendo a maioria dos espanhóis no Distrito Federal, cerca de 70% (SARMIENTO, 2017, p. 200) ou em números, 40 mil (GONZÁLEZ, 2000, p. 249). Dentre esses galegos, destacam-se os da província de Pontevedra, ou seja, no Rio de Janeiro, das 4 províncias galegas, aproximadamente 52,16% eram de Pontevedra, seguido por Ourense com 31,05%; A Coruña com 14% e Lugo com 2,7% (SARMIENTO, 2017, p. 200).

No caso da Bahia, embora Elda González faça referência à pequena presença de galegos em municípios como Ilhéus e Santo Amaro, é a cidade do

Salvador que concentrou o maior número de galegos, e desses, assim como no cenário carioca, a absoluta maioria de Pontevedra, como aponta Jeferson Bacelar a partir de suas investigações no Arquivo do Consulado Espanhol em Salvador, em que os *“pontevedreses”* e *“pontevedresas”* somam 2.916, ou seja, 90%, entre 1919 e 1936 (BACELAR, 1994, p. 45).

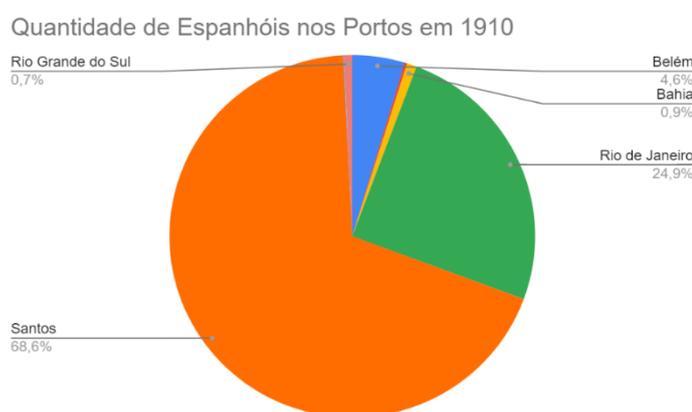
Desses de Pontevedra, concentram-se os *ayuntamientos* de Puente Caldelas, Fornelos de Montes e La Lama, ponto que reforça o argumento da quão eficaz foi o convencimento dos que primeiramente partiram, retornaram para a Galiza com caráter temporário ou definitivo, e exerceram influência sobre seus ciclos sociais como família, amigos e vizinhos, no que tange tanto ao lugar de destino, a experiência laboral, o trato com a cidade e a localização geográfica cidadina.

Além de como a proximidade do porto de saída – sem levar em consideração os de fora da Espanha e os ilegais como Gibraltar – influenciaram nos locais de destino, a exemplo de Vigo que concentrou a saída dos galegos de Pontevedra e Ourense para Argentina, Brasil e Uruguai (CAMPOS ALVAREZ, 1994, p. 135). Porém, a questão numérica de galegos em Salvador com os do Rio de Janeiro e em São Paulo tem diferenças abruptas. Afinal, o Distrito Federal e maior economia do país tendem a ser o epicentro dessas ondas migratórias.

Ademais da demora da capital soteropolitana a render-se ao processo de industrialização e modernidade. Assim, segundo Bacelar (1994, p. 44), é apontado a entrada de 2.187 espanhóis entre 1901 e 1910; 3.413 hispânicos

entre 1911 a 1920; 4.772 pessoas advindas da Espanha na baliza temporal de 1921 até 1930 e 3.829 desses migrantes entre 1931-1940.

A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1910 – que demonstra a divisão da chegada nos portos dos 20.843 espanhóis, não apenas galegos, no território brasileiro. Levando em consideração os centros de atração política, econômica, social e, também, de um lastro histórico dessas migrações:



Fonte: Elaboração do autor

Uma vez que a Bahia recebeu apenas 183 espanhóis fica evidenciado assim o quão diluído o número de espanhóis – desses, a ampla maioria galegos de Pontevedra – em Salvador ao longo das décadas, ao ponto de Bacelar declarar inexpressiva não só o contingente galego, mas todo o estrangeiro em Salvador já que (BACELAR, 2013, p. 216):

[..]em 1942, segundo dados do Serviço de Registro de Estrangeiros, a Bahia possuía apenas 6.300 estrangeiros, sendo 2.305 espanhóis (36,5%), em sua maioria fixados na capital do estado da Bahia. Assim,

em Salvador, embora os galegos fossem majoritários, os estrangeiros nunca atingiram 1% da população.

Para tal afirmação, Jeferson Bacelar lança mão do censo do IBGE que contabilizou a cidade do Salvador com 290.443 pessoas vivendo na primeira capital do país. Ainda sobre o censo do IBGE de 1940, mesmo que esteja um pouco fora temporalmente da nossa baliza, mas que se adequa à discussão uma vez que é possível dimensionar a cristalização dos estrangeiros em Salvador, é possível perceber um número próximo de 7.371 pessoas de outras nacionalidades. O que não está em desacordo com os 6.300 estrangeiros expostos por Bacelar, uma vez que muitos podiam partir para as demais regiões do Brasil, ir para outros países da América, bem como retornar à Galiza ou, ainda, ir a óbitos.

É imprescindível, portanto, considerar o movimento migratório não fechado em si mesmo, uma vez que o imigrante – seja em uma análise individual ou fazendo parte de uma colônia e suas respectivas redes de sociabilidades – foi responsável por tangenciar uma série de assuntos como o perfil social, econômico, a participação familiar, o gênero, a alfabetização, a idade, a cultura associativa, a divisão geográfica na cidade do Salvador e, também, a relação dessa colônia galega com o trabalho no ramo alimentício, sendo essas discussões fundamentais para um outro momento.

Últimas considerações

Este artigo visou abordar as múltiplas facetas da imigração galega lançando mão de uma revisão bibliográfica especializada em consonância à uma perspectiva transnacional; seja no contexto histórico e social da Galícia de metade do XIX até as primeiras décadas do século XX, bem como os fluxos de caráter interno na Península Ibérica e, posteriormente, os casos da América do Sul – principalmente Cuba e Argentina – até a realidade brasileira de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Dessa forma, como foi analisado no presente texto, esses múltiplos caminhos dos migrantes originários da terra do Apóstolo Santiago não pode ser associada à uma lógica meramente quantitativa, uma vez que os “galegos externos” mesmo ausentes no plano físico – já que migraram em busca de melhores condições de vida pessoal e para a família – são influentes na sociedade galega por meio da instrumentalização de elementos como a questão financeira dos que lograram êxito e puderam ajudar as famílias e os pequenos povoados, persuasão para atrair outros migrantes para a nova terra e até na posituação da identidade em símbolos cívicos a exemplo da bandeira e do hino galego. Assim, os “galegos externos” estão presentes no jogo e na construção da galeguidade.

Referências

BACELAR, Jeferson e PEREIRA, Cláudio. (org.) Um Galego no Paraíso de Todas as Raças. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio. *Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p. 215-241.

BACELAR, Jeferson. *Galegos no Paraíso Racial*. Salvador: Ianamá. 1994.

BRAGA, Célia Maria Leal. *Memórias de imigrantes galegos*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografias da presença galega na cidade de Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

CAMPOS ALVAREZ, José Ramón. La emigración gallega a América (1880-1930) integración y retorno. IN Revista do Departamento de História, Arte e Xeografia. Vigo: Minius 2-3, 1994. p. 133-145. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1340057>>. Acesso em: 12 de abril, 2020.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945) – Corpo e alma do Brasil*. São Paulo, Difel, 1976.

CONDE, Ana Paula. *Da emigração à diáspora: posituação de uma identidade*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2011.

DIAS Y GARCIA-TAVALLERA, Miguel. *Dicionário Santillana para estudantes: espanhol-português, português-espanhol*. São Paulo: Moderna, 2014.

FARÍAS, Ruy. Migraciones y exilios gallegos en la Argentina (ss. XVIII-XXI): algunos comentarios a la bibliografía sobre el tema. IN: *Olivar*, vol 17 (n 25), e008. En Memoria Académica. 2016. p. 1-24 Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7773/pr.7773.pdf>. Acesso em: 20 de maio, 2020.

FERREIRA, Jorge. (org) O Nome e a Coisa: Populismo na Política Brasileira. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

GONZÁLEZ, Elda. Evangelina E. O Brasil Como País De Destino Para Os Migrantes Espanhóis. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América – A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, São Paulo, 2000. p. 239-269.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis. Migraciones Históricas de los Gallegos en el Espacio Peninsular (Siglos XVI-XIX). Santiago de Compostela: Obradoiro de História Moderna, 2003. p. 167-182. Disponível em: <<https://doi.org/10.15304/ohm.12.617>> . Acesso em: 1º de março, 2020.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PAREDES, Carlos Sixirei. *A Emigración*. Vigo: Biblioteca da Cultura Galega, 1989.

PERES, Elena Pajaro. *A Inexistência da Terra Firme. A Imigração Galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP, 2003.

PORTA, Eliane Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SAMPAIO, José Luís Pamponet. *A Evolução De Uma Empresa No Contexto Da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-*

1973. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975.

SARMIENTO, Érica. *Galegos nos trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SOUZA, Ismara Izepe de. *Espanhóis: história e engajamento*. São Paulo: Nacional, 2006.

SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da guerra civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

UZÊDA, Jorge Almeida. *O Aguaceiro da Modernidade na Cidade do Salvador (1935-1945)*. Tese (Doutorado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alexandre. As migracións masivas de galegos a América. Estudios Migratorios. IN: Cultura Galega.org. Vigo: Cultura Galega, 2006. p. 1-9. Disponível em: <http://culturagalega.gal/albumdaemigracion/docs/migracions_masivas.pdf>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

VIANA, Fabiana Paixão. *A mesa galega na Bahia: a alimentação dos imigrantes galegos e descendentes em Salvador*. Tese (Doutorado em Antropologia), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

VILAR, Juan Bautista. Las emigraciones españolas a Europa en el siglo XX: algunas cuestiones a debatir. Migraciones & Exilios: Cuadernos de la Asociación para el estudio de los exilios y migraciones ibéricos contemporáneos, N.º. 1, 2000. p. 131-159. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/revista/6483/A/2000>>. Acesso em: 15 de março. 2020.

VILLARES, Ramón. Producir Símbolos Nacionais. In: FERNANDÉZ, Xosé Ramón Barreiro; VILLARES, Ramón. *Os Símbolos de Galicia*. Coruña, Santiago de Compostela. Consello da Cultura Galega. 2007. p. 11-32.